



EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA OS MENORES POBRES DA FEBEM EM SERGIPE

Alessandro Araújo Mendes¹

GT 12 – História da Educação

RESUMO

O presente artigo consiste em um recorte da minha tese de doutorado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Consiste em uma pesquisa qualitativa, com base na História Cultural, tendo as fontes bibliográficas, documentais, fotográficas e história oral sido utilizadas para o seu desenvolvimento. O objetivo deste artigo foi analisar as práticas educativas direcionadas aos menores que eram assistidos pela FEBEM-SE (Fundação do Bem-Estar do Menor de Sergipe). A metodologia utilizada foi a busca por dados em meio a fontes bibliográficas, documentais, fotografias, jornais e entrevistas. Para tanto, tive como locais de pesquisa bibliotecas: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, a Biblioteca Epifânio Dória, entre outros espaços. Como aporte teórico utilizei os autores: Miranda (2014), Nascimento e Souza (1986), Graça (2002), entre outros para compreender a institucionalização do menor.

Palavras-chaves: Educação. FEBEM. Institucionalização. Menores. Trabalho.

ABSTRACT

The present article consists of a cut of my doctoral thesis carried out by the Graduate Program in Education of the Federal University of Sergipe. It consists of a qualitative research, based on Cultural History, having the bibliographical, documentary, photographic and oral history sources been used for its development. The purpose of this article was to analyze the educational practices directed to the minors who were assisted by FEBEM-SE (Sergipe's Children's Welfare Foundation). The methodology used was the search for data in the medium of bibliographical sources, documentaries, photographs, newspapers and interviews. For that, I had as research sites libraries: Central Library of the Federal University of Sergipe, the Sergipe Judicial Branch Archive, the Epiphany Library, and other spaces. As a theoretical contribution I used the authors: Miranda (2014), Nascimento e Souza (1986), Graça (2002), among others to understand the institutionalization of the minor.

Key-words: Education. FEBEM. Institutionalization. Minors. Job.

¹ Professor de Instituição de Ensino Superior e Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Co-coordenador do NEABIT - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e de Povos Tradicionais - da Faculdade Maurício de Nassau – Aracaju. Membro do GEPHED: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sandroaless@bol.com.br.



INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um recorte da minha tese de doutorado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Consiste em uma pesquisa qualitativa, com base na História Cultural, tendo as fontes bibliográficas, documentais, fotográficas e história oral sido utilizadas para o seu desenvolvimento.

O objetivo deste artigo foi analisar as práticas educativas direcionadas aos menores que eram assistidos pela FEBEM-SE (Fundação do Bem-Estar do Menor de Sergipe) que, neste contexto ofertava educação nas escolas da rede oficial de ensino, além de um reforço pedagógico dentro dos espaços de sua atuação, bem como oferta de cursos profissionalizantes com o fim de preparar o menor para o campo de trabalho, promovendo a sua ressocialização. O trabalho como instrumento de disciplina e educação também foi utilizado internamente pela instituição, tanto em suas unidades quanto nas conveniadas com as instituições particulares.

Quanto à metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa, visitei bibliotecas e acervos diversos, como: Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, Biblioteca Epifânio Dória, Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe, entre outros. Consultas a sites da internet também foram realizadas, inclusive para a aquisição de material bibliográfico, visto a escassez destas fontes nos acervos que percorri. Ademais, o uso de jornais contribui para ratificar as informações encontradas nos documentos e livros pesquisados.

O aporte teórico para este artigo se deu com a PNBM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com relatórios do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relatórios da FEBEM-SE; os autores: Nascimento e Souza (1986), Graça (2002), Miranda (2014), que contribuíram para a compreensão do processo de institucionalização do menor; Montessori (s/d), que contribui na questão pedagógica, além das entrevistas, fotografias e jornais.

A busca por dados sobre a FEBEM-SE não foi algo fácil, mas aos poucos as informações foram aparecendo, inclusive com ajuda de profissionais que trabalharam à época nesta instituição que, além de concederem entrevistas guiadas, também mediaram acessos a documentos relacionados ao funcionamento da entidade em Sergipe.

Foi por meio da lei estadual de nº 2009, de 30 de abril de 1976, retificada em maio do mesmo ano, que foi criada a Fundação do Bem-Estar do Menor de Sergipe – FEBEM-SE,



uma pessoa jurídica de direito privado a qual possuía autonomia administrativa, patrimonial e financeira, atuando em todo o território sergipano. O Governador do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite, foi autorizado a conceder um crédito de até Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), com o fim de constituir e instalar a FEBEM-SE. Dentro da estrutura administrativa do Poder Executivo local, estava vinculada à Secretaria da Justiça e Ação Social, conforme previsto pela Lei nº 1.917, de 18 de dezembro de 1974 do Estado de Sergipe. Antes da instituição da FEBEM-SE, as políticas públicas voltadas aos “menores” estavam sob a competência do SAM – Serviço de Assistência ao Menor (Decreto-lei nº 39, de 28 de abril de 1939), estando esta subordinada a então Secretaria de Justiça, conforme previsto pela Lei nº 1.704, de 23 de novembro de 1971 do Estado de Sergipe.

Quando da sua criação, objetivava acolher menores de 7 a 18 anos de idade em situação de em situação de marginalidade: pobreza, orfandade, abandono, rebeldia, delinquência, entre outros. Podiam permanecer nas unidades oficiais da FEBEM-SE ou serem encaminhadas para instituições conveniadas. As crianças entre 0 e 6 anos de idade eram encaminhadas para orfanatos. Nesta época, havia apenas o CRT – Centro de Recepção e Triagem, o Instituto Passos Miranda (que depois se transformou em CEMEC – Centro de Educação para Menores Eronides Carvalho). Estes espaços, com o tempo, foram se transformando: ampliando-se ou criando-se novas unidades.

A educação era tida como uma ferramenta que iria possibilitar aos menores uma oportunidade de ressocialização, uma formação por meio da instrução formal e pela preparação dos menores para o trabalho com a realização de cursos; porém, nem todos tiveram as mesmas oportunidades, nem para a frequência em escolas oficiais e nem para se matricularem em um curso profissionalizante ou oficinas, dentro ou fora da instituição. No item a seguir aprofundo a discussão sobre a relação da institucionalização dos menores com a educação e sua preparação para o mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO E TRABALHO

A FEBEM-SE tinha uma atuação ampla, tanto preventiva quanto terapêutica, como denominava o primeiro relatório trienal da instituição. Segundo as informações nele contidas, em ambas situações agia nos cuidados com a saúde, educação, trabalho, lazer, entre outros.



Para tanto, aos poucos a Fundação começou a aumentar sua rede de setores, pessoal, convênios e programas assistenciais para as crianças, seus pais e as populações circunvizinhas dos seus núcleos ou unidades. Neste sub-item apresento os aspectos relativos à atuação no campo da educação, trabalho e disciplina a partir das representações dos entrevistados e documentos administrativos da instituição em comento.

Ao contrário da Cidade de Menores (1942-1974), a FEBEM-SE não possuía escolas em suas unidades. Os internos tinham que frequentar as escolas públicas mais próximas, como o Colégio Estadual Prof. Arício Fortes, no bairro América. Os internos do CENAM iam e voltavam sozinhos, sem problemas. Entretanto, nas unidades da Fundação existiam professores que acompanhavam os alunos em suas tarefas de “casa”, reforçando o que foi visto na escola. Os que não eram internos e frequentavam os Núcleos de Prevenção estudavam nas escolas que ficavam em anexo e que, da mesma forma, possuíam professores no horário oposto para acompanhar os alunos em suas tarefas e reforçar o aprendizado; a ação dos professores funcionava como um apoio escolar.

De acordo com o ex-servidor da FEBEM-SE Matias (2016), os internos eram matriculados nas escolas, visto que dentro da Fundação não havia uma escola formal: “aqui dentro eles faziam aula com o professor que era contratado, fazia ‘banca’ [...]. De manhã, o que não fazia esporte, à tarde ia pra escola. Tinha sala de aula e tudo; tinha a sala de aula deles, por idade”. (MATIAS, 2016). Segundo ele, havia situações em que o menor não podia sair da unidade e, por isso, tinham “um ‘reforço’ pra não deixar o ‘menino’ só pensando besteira, pra não ficar parado”. (MATIAS, 2016).

Na instituição havia três salas de aula, sendo lembrados por Manoel (2016) os nomes de algumas professoras: Prof^a. Ivani, Prof^a. Augusta, Prof^a. Vilma e Prof^a. Renildes. Cantava-se o Hino Nacional e hasteava-se a bandeira, coisas que deixaram de ocorrer com o fim da FEBEM-SE, segundo o entrevistado.

A Prof^a. Augusta também foi citada por Marcos (2016); ela e outros professores ensinavam às crianças e adolescentes por meio de um reforço escolar dentro da própria Fundação, onde os entrevistados, por vezes, referiam-se a esta como “casa”. As escolas que frequentavam eram os da rede oficial de ensino, sendo o Colégio Estadual Prof. Arício Fortes, situado no bairro América², muito referenciado pelos entrevistados.

O ensino escolar era algo acompanhado de perto pelos educadores da FEBEM-SE, e quando tiravam notas baixas deixavam de participar dos passeios organizados pela instituição.

² Também pode ser referido como situado no bairro Novo Paraíso ou Capucho.



Isto era tido como uma punição. A educação formal dos internos era apenas uma dimensão do que se idealizava para a formação e ressocialização deles, posto que a realização de oficinas profissionalizantes, colocação em estágios e trabalhos, além da prática dos passeios, visitas, participação em eventos cívicos e sociais, como os Jogos da Primavera, completavam este ciclo.

Os internos da FEBEM-SE eram encaminhados a estágios e trabalhos, tanto na iniciativa privada quanto pública, pois entendiam que isto era parte importante no processo de socialização, integração ou ressocialização dos menores. Nas décadas de 1970 e 1980, os locais mais corriqueiros para o encaminhamento de trabalho eram as Secretarias Estaduais, as empresas H Dantas, Celi, Cosil, entre outras.

Marcos (2016), relatou o caso do menor “Pedro”³ que estagiou em algumas Secretarias Estaduais e ao completar 18 anos perdeu o estágio. O jovem havia comprado com o dinheiro do seu trabalho uma cama e outros objetos, mas não tendo para onde ir, permaneceu interno. A sua permanência começou a incomodar, visto que “chegou um pessoal diferente pra trabalhar: ‘e esse menino? Tá aqui, não vai embora? Esse homem [...] que não sai?’”. (MARCOS, 2016). Com a chegada de um novo Presidente da FEBEM-SE, Dr. Jeremias Romão de Brito, o entrevistado foi pedir ajuda e informar que alguns objetos que estavam dentro do “Passos Miranda” eram frutos do trabalho do jovem referido acima.

Assim, o Presidente da Fundação o ajudou a ir morar em um quarto no bairro América, nos fundos da casa de uma funcionária da instituição, tendo perdido o contato com ele a partir de então. Passados muitos anos, o entrevistado estava em uma festa de aniversário e as pessoas se dirigiam à sua pessoa como “Marcos”. Percebeu que um rapaz ficava o observando, deixando-o sobressaltado; foi quando ele se aproximou e perguntou: “é você que é Marcos, é?”; respondeu: “Sou”, e o rapaz completou: “o senhor que ‘criou’ o meu pai, né?”. O jovem se referia ao seu pai, “Pedro”. A partir de então, o entrevistado passou a ter amizade com o rapaz; atualmente trabalha em uma empresa de segurança privada da capital sergipana.

Já na década de 1980, os menores podiam contar com uma estrutura maior. Segundo Manoel, a FEBEM-SE tinha:

[...] uma fazenda em Riachuelo, na qual os adolescentes “menores” iam para lá trabalhar; lá tínhamos pocilga, tínhamos tudo. E dentro do próprio CENAM, tínhamos “esquadrilha de alumínio”, “marcenaria”, “padaria” e

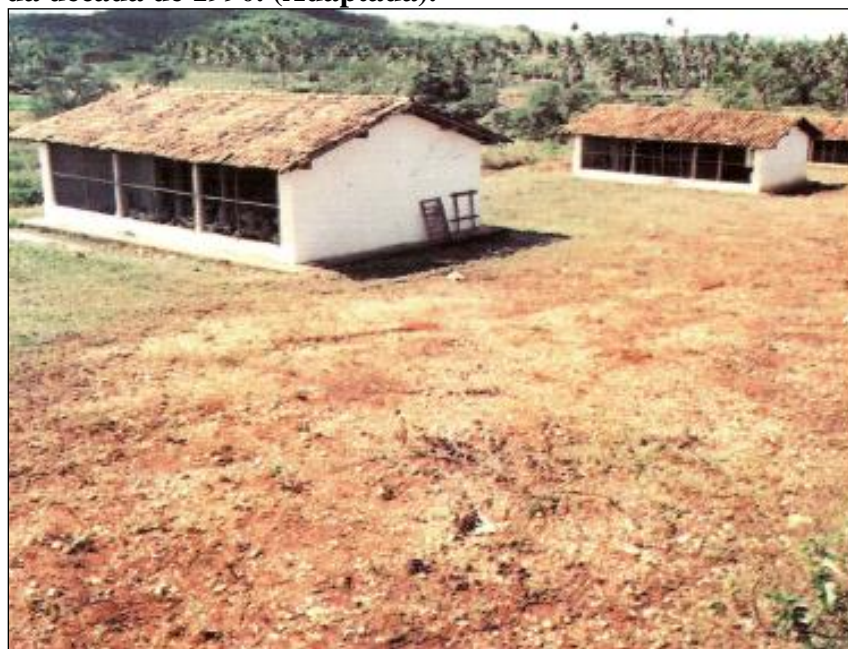
³ Nome fictício em face do disposto no art. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c art. 5º, X da Constituição Federal.



“fábrica de água sanitária”, que é onde funciona hoje a ACADEPOL; o CENAM começava dali e ia até onde é o CENAM de hoje. E onde funciona o atual CENAM era o campo de futebol, antigamente. Era totalmente diferente; hoje a gente não vê essas coisas... com a mudança do Código de Menores para o ECA... Eu me sentia mais à vontade para trabalhar. (MANOEL, 2016).

Percebe-se a intenção da Fundação em ocupar o tempo dos internos com trabalhos e oficinas não só com o intuito de prepará-los para o exercício de algum ofício, mas também para não deixá-los ociosos. Tudo isso sem se desprender a instrução escolar formal. Muitos eram encaminhados à instituições públicas ou privadas para estágios ou trabalhos, como já aludido.

Figura 1: Aspecto da Fazenda Olinda em Riachuelo no início da década de 1990. (Adaptada).



Fonte: Sergipe (1991a).

Desta forma, havia trabalhos desenvolvidos nas oficinas e hortas da Fazenda Olinda, situada em Riachuelo. As oficinas que ofertadas foram de: marcenaria, padaria, esquadria de alumínio, de água sanitária, chaparia de automóveis, mecânica de automóveis, fábrica de picolés, de detergente, entre outras. Cultivavam-se hortaliças e o excedente era vendido a supermercados locais. O que era produzido pelos alunos nestas atividades era para consumo interno, o excedente era vendido a instituições parceiras e uma parte do dinheiro era depositada em uma caderneta de poupança; quando eram “desligados”, chamava-se um dos



pais e entregava a “caderneta”. A outra parte era para repor o material e manutenção da horta. “Nunca morreu um menor que trabalhou de enxada, pelo contrário.” (MARCOS, 2016). Ir à horta era uma terapia, ocupava o tempo e a mente dos internos.

Parece que o uso de espaços desta natureza era uma possibilidade para as FEBEMs, visto que em Pernambuco havia a Fazenda Santa Rosa (em Garanhuns), local onde funcionava um antigo sítio e que hoje dá nome a um bairro de Recife. (MIRANDA, 2014, p. 55). O local foi descrito como temido pelos internos pelo seu alto rigor disciplinar, com aplicação de surras severas como punição.

De acordo com o ex-servidor Menezes (2016), na fazenda tinha criação de galinha, porcos e umas vacas leiteiras; a produção era para manter a cozinha da Fundação. O excedente era vendido: “tinha horta, até na feira do interior vendiam coentro, essas coisas; eram vendidos lá na feira. O dinheiro ficava para os menores como se fosse uma poupança e assim que eles saíssem tinham o seu dinheiro no banco, em Riachuelo.” (MENEZES, 2016).

Figura 2: Práticas de criação de animais e cultivo de hortaliças na Fazenda Olinda, em Riachuelo. (Adaptada).



Fonte: Sergipe (1991a) – Imagem adaptada.

O ex-presidente da FEBEM-SE, Gerônimo (2017), afirmou que foi ele quem criou as oficinas de chaparia, uma padaria e uma fábrica de picolés. Em relação a esta disse que tinha uma satisfação maior porque via nas crianças uma alegria quando pegavam os carrinhos de



picolé para vender pelas ruas. Era uma forma de ter contato com o mundo externo de forma ordeira e dentro das regras sociais. Uma parte dos lucros com as vendas era guardada em uma poupança para as crianças e a outra parte para reempregar na compra de matérias-primas. Salientou que já estava no fim da sua vida, adoentado, mas que iria morrer feliz pode ter feito o melhor de si em benefício das crianças sergipanas.

Segundo o Relatório Técnico-Financeiro-Administrativo da FEBEM-SE, de 1983, deixava evidente a questão de formação para o exercício do trabalho, fazendo uma crítica ao sistema de internamento nas unidades oficiais e conveniadas em Sergipe:

Toda a nossa ação se encaminha para dotar o menor de condições para sua absorção no mercado de trabalho, e é neste momento que percebemos a dicotomia entre o escrito e a realidade ocorrida, enquanto não dispomos de oficinas nas nossas unidades, apenas oferecemos cursos ocupacionais que não preparam o menor para a absorção no mercado de trabalho e o marginaliza, deixando-o à mercê de subempregos geralmente trabalhando para um maior e o que é mais grave, afastado das atividades escolares, sem possibilidades de crescimento pessoal e de acesso aos bens e serviços da comunidade. (SERGIPE, 1983, p. 7).

A associação educação e trabalho deveria acontecer; não podiam ocorrer isoladamente, eram complementares. Isto me fez refletir de onde vem essa ideia de preparar crianças e adolescentes para o exercício de uma profissão. Tereza Cristina Cerqueira da Graça (2002) disse que o bom patriota era “aquele que tem noção de pertencimento e deveres de um conjunto para com a pátria, que a ama incondicionalmente e cumpre suas leis, que trabalha para produzir sua riqueza e respeita o poder e a hierarquia.” (GRAÇA, 2002, p. 112). As ideias de Dewey (2007) também povoaram o ideal de educação no Brasil no início do século XX, com o dualismo existente em seu discurso de formação educacional do indivíduo, como trabalho e lazer, individualismo e coletividade, entre outros.

A adoção dos métodos educativos de Montessori e de Pestalozzi pela FEBEM-SE (1973, p. 21), que visava desenvolver os sentidos das crianças, o psicológico e físico, levaram-me ao tecnicismo já comentado nesta pesquisa, uma influência dos Estados Unidos para a formação de mão-de-obra para o sistema capitalista, sem preocupação com a educação humanizada das crianças. Ainda, o regime civil-militar que fez nascer a PNBM, entre outras situações, pregavam esta ideia de associar educação e trabalho nos espaços escolares, sendo direcionada às classes sociais mais pobres, aos marginalizados e desfavorecidos socialmente;



enquanto a burguesia dirigente preparavam seus filhos para ocupar os postos mais altos neste sistema.

Para Montessori (s/d.), “se nada auxilia a criança, se o ambiente não foi preparado para a receber, será um ser em contínuo perigo, sob o ponto de vista de sua vida psíquica.” (MONTESSORI, s/d., p. 87). Assim, aliando estas ideias ao tecnicismo, o Brasil elaborou a PNBM para a juventude pobre e miserável, moldando-a de acordo com os seus princípios de desenvolvimento, de ordem, progresso e segurança nacional.

Para tanto, além das oficinas preparatórias para o trabalho que existiam nas unidades da FEBEM-SE, a entidade também contava com convênios com outras instituições, públicas e privadas, para ofertar cursos profissionalizantes e vagas de estágio profissional. Paulo (2017), chegou a frequentar o SENAI, por exemplo, além de ter iniciado sua vida como trabalhador na empresa de saneamento de Sergipe – DESO.

No Educandário São José eu fui encaminhado pra ser preparado no SENAI, eu estava fazendo Tornearia Mecânica, que na época era Mecânica Geral. Não concluí porque eu estava com pressa de ir trabalhar com o intuito de ajudar a minha mãe. Eu iniciei, passei dois anos, três, aí eu vi que já estava querendo...(trabalhar), tinha da 5ª série até fechar a 8ª série, dentro do SENAI, estudava e fazia o curso. (PAULO, 2017).

Disse que no Educandário São José não tinham oficinas profissionalizantes, mas durante o tempo que ficou internado lá e no Instituto Passos Miranda havia outras práticas educativas, como: oficina de desenho, reforço escolar, futebol, atletismo, educação física, academia de ginástica, passeios a praias, cinemas, igreja, entre outras:

Tinha um futebolzinho, tinha uma chácara pra gente fazer um lazer. A chácara era dentro do Instituto Passos Miranda mesmo, tinha mangueira, cajueiro, laranjeira, vários tipos de frutas. Tinha um cinema, no final de semana, tirava um domingo, saía de casa e ia pra lá e a gente era destinado pra outros setores: um cinema, um circo e vários outros. Fazia também passeios à praia; tinha uma igreja lá dentro também, dentro do Instituto Passos Miranda. Na época tinha aquele lazer de Natal (na Praça Teófilo Dantas), que acabou, né? Não sei o que levou os governantes passados que veio destruir o lazer que o pobre tinha. (PAULO, 2017).

Dentre os aspectos das práticas elencadas, percebe-se a ludicidade e o contato dos menores com a natureza, no caso, uma chácara arborizada com frutíferas, além da formação religiosa, inclusive com uma “uma igreja lá dentro também, dentro do Instituto Passos Miranda”. (PAULO, 2017). Relembrando, o Instituto Passos Miranda era uma unidade oficial



da FEBEM-SE, enquanto o Educandário São José era uma unidade particular conveniada. O entrevistado lembrou também da participação em eventos esportivos e cívicos quando era interno no Educandário. Quando perguntado sobre estas práticas, disse:

Eu participei quando eu era do Educandário São José, que eu me lembro que fui estudar no Lourival Fontes, lá no Santo Antônio, na Igreja, tem um colégio lá. Aí, teve um evento da Coca-Cola, que levou todo tipo de aparelho referente a atletismo: salto em altura, correr, salto em vara e várias outras atividades. Fiz muitas participações de Sete de Setembro, desfile dos Jogos da Primavera através do Colégio... Eu, só atletismo. (PAULO, 2017).

Os desfiles cívicos eram notícias nos jornais sergipanos; envolvia escolas públicas e particulares do Estado, além de outras instituições governamentais, como as Forças Armadas, Banda de Música Estadual (Sec-Banda), entre outros. Ainda era um grande evento para a cidade e todo o Estado, uma vez que escolas do interior também vinham para desfilarem seus alunos na capital, em um momento de exaltação do patriotismo e civilidade conforme o contexto político do período.

Figura 3: Notícias sobre o desfile cívico-militar de 7 de Setembro do ano de 1980. (Texto adaptado).

Civis e militares estarão desfilando hoje, na Av. Barão de Maroim, para lembrar a Independência do Brasil. A Força Expedicionária Brasileira se encarregará da abertura do desfile, acompanhado pela Sec-Banda, seguido das demais unidades militares, para em seguida ser realizado o desfile estudantil.

Cerca de 3.800 estudantes desfilarão logo mais a tarde, representando 38 estabelecimentos escolares, na seguinte ordem: Febem, Educandário Duque de Caxias, Instituto Lourival Fontes, Escola de 1º Grau José Augusto Ferraz, Escola de 1º grau 11 de Agosto, Escola de 1º Grau Senador Lourival Fontes, Escola de 1º Grau 24 de Outubro.

- SESI, Colégio Patrocínio São José, Colégio Dom José Tomaz, Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão, Colégio Senhor do Bonfim.

Fonte: Gazeta de Sergipe, 7 de setembro de 1980.



Note-se no segundo parágrafo do recorte acima que a FEBEM foi a instituição que abriu o desfile, o que me parece uma forma que os dirigentes políticos tinham de mostrar à sociedade o trabalho que faziam na instituição e de forma indireta chamando a atenção sobre a questão dos menores desfavorecidos e da necessidade de mobilização de todos para a conscientização e enfrentamentos das desigualdades sociais.

Retomando a discussão sobre educação e trabalho, Manoel (2016) lembrou de outro ex-interno que estudou no SENAI chamado “Carlos”⁴. Os menores estudavam juntos com outros garotos que não eram da FEBEM-SE, sem qualquer problema. Eram tão bons quanto os demais. De acordo com o narrado, Carlos fez um curso de solda e ainda hoje trabalha como soldador. “Existiam também projetos e os diretores corriam atrás de cursos para os adolescentes: bombeiro hidráulico, instalação elétrica. Para as meninas... as meninas, eu lembro: faziam bordado, pinturas em tecidos...”. (MANOEL, 2016).

Dialogando com dados do IBGE sobre educação, importante salientar que a política de atendimento pré-escolar iniciada em 1985 fez com que índices sobre a frequência escolar duplicassem em quase todas as faixas pesquisadas para menores de 18 anos de idade. Das crianças que tinham entre 5 e 6 anos, 46,9% frequentavam a escola em 1987; entre 7 a 9, 84,5%; entre 10 e 14 anos de idade, 82,3%, entre 15 e 17 anos, 52,6%. No geral, a taxa de escolarização considerada de 5 anos, no mínimo, detectou que 89,3% das crianças até 10 anos de idade frequentavam a escola. A partir dos 14 anos de idade caiu para 69%; chegando aos 44,2% aos 17 anos de idade. (BRASIL, 1989).

Nos indicadores do IBGE de 1988 houve uma redução do analfabetismo em relação ao início da década, mesmo assim, os índices da população entre 7 e 17 anos continuavam elevados, o correspondente a 21,9% da população nacional. No Nordeste, proporcionalmente, os índices de analfabetismo chegavam a ser 5 a 6 vezes maior que no Sudeste entre os grupos entre 10 e 17 anos de idade (entre 10 e 14 anos de idade, 35,4%; entre 15 e 17 anos de idade, 21,9%). (BRASIL, 1989).

A questão do analfabetismo ou semi-analfabetismo sempre foi um problema preocupante na história educacional do Brasil, sendo considerado um fator de desajustes sociais, levando muitos a viverem em sub-empregos, nos submundos dos vícios, prostituição, miséria e até mesmo ingressando na criminalidade por não possuírem qualificação suficiente

⁴ Nome fictício em face do disposto no art. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c art. 5º, X da Constituição Federal.



para se enquadrem no sistema econômico e de trabalho para que pudessem lhes proporcionar um mínimo de dignidade humana.

Estas perspectivas contrariam os princípios constitucionais sobre direitos humanos e os objetivos republicanos de construir uma sociedade justa e solidária, de erradicação da pobreza, da marginalização e desigualdades sociais.

Em relação à educação, a população adolescente no Brasil, entre 12 e 17 anos de idade, em dados divulgados em 1991, contava com 16.505.202 alfabetizados. Ou seja, existiam 2.671.139 adolescentes analfabetos. Em Sergipe havia 156.802 adolescentes alfabetizados, de um total de 217.257 adolescentes residentes no Estado. Em outras palavras, 27,8% dos adolescentes sergipanos eram analfabetos. No anexo 4 apresento quadros referentes à escolaridade dos menores da FEBEM-SE do ano de 1979. Percebe-se uma linha decrescente de matriculados da 1ª série ao segundo grau.

Segundo Nascimento e Souza (1986), durante suas pesquisas junto aos menores da FEBEM-SE, pediu para que eles dessem opiniões de mudanças na instituição e entre as sugestões havia a de “aprender fazer o nome”. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 24). Logo se vê que nem todos os menores internados tinham acesso à escola, o que de fato constatei a partir dos relatórios emitidos pela própria FEBEM-SE.

Quadro 1: Analfabetismo no Brasil e em Sergipe (1991)

Referências/variáveis	BRASIL		SERGIPE	
	Quantitativos	Percentual	Quantitativos	Percentual
Total de alfabetizados	16.505.202	86,1%	156.802	72,2%
Total de analfabetos	2.671.139	13,9%	60.405	27,8%
Total de adolescentes	19.176.341	100%	217.257	100%

Fonte: IBGE (1991).

Além do número populacional elevado de crianças e adolescentes do período pesquisado, a política internacional também pressionava para que houvesse mudanças, o que ficou consubstanciado pela Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU – Organização das Nações Unidas, em 1989, sendo oficializada como lei internacional em 1990. (UNICEF/BRASIL, 2016).

Desta forma, era necessário enfrentar o analfabetismo e preparar a juventude marginalizada do Brasil por meio da educação e formação para o trabalho para que não se tornassem um problema mais complexo na fase adulta. Segundo Marcos (2016), só quem não se tornou bem sucedido foi quem não quis alguma coisa com a vida. Muitos ex-internos da



FEBEM-SE conseguiram ingressar para trabalhar em instituições conceituadas do Estado e do Brasil, como: Petrobrás, Energipe⁵, DER, IPES, DESO e Secretaria de Segurança Pública, além de outros exemplos, como: professor de inglês, segurança, entre outros. “Eu, graças a Deus, eu só tenho amigo entre eles... pais de família, casados, aposentados, já tem gente até aposentada [...] (risos)”. (MARCOS, 2016).

Manoel (2016) ao se referir a um ex-interno da FEBEM-SE que trabalha como segurança de um supermercado de Aracaju, disse que quando o mesmo o vê pede a bênção: “bença pai... Um homem da ‘poxa’, entendeu? (o entrevistado sorri com orgulho), o respeito que existia.” (MANOEL, 2016). Esta relação entre um monitor e internos nem sempre acontecia. Pelo contexto analisado, os que se adaptavam ao sistema ganhavam a atenção dos servidores, os que não se ajustavam à disciplina e tinham a rebeldia como defesa deixavam de participar, muitas vezes, das atividades esportivas ou passeios a título de sanção pela prática de eventual ato de indisciplina.

A educação escolar e educação pelo trabalho na FEBEM-SE parecem ter sido instrumentos de importantes para a ressocialização dos menores. Eles foram referidos pelos entrevistados como “alunos”, sendo que alguns deles disseram que os menores se submetiam à disciplina da instituição sem causar problemas, salvo alguns casos pontuais. Estas colocações foram contrariadas pelos relatórios da FEBEM-SE, especialmente o de 1983, o deixando claras as mazelas institucionais.

Outrossim, da mesma forma, nas instituições particulares conveniadas havia rotina semelhante. De acordo com o ex-interno Paulo (2017), tanto no Instituto Passos Miranda quanto no Educandário São José, disse:

Eu ía pela manhã e à noite estava em casa. Nesse período da manhã até à noite, que era umas 5 horas da tarde, às 17 horas, a gente tinha uma atividade que era: estudar pela manhã; tinha o horário de ir para a banca, fazer exercício igual a uma escola normal e tinha a alimentação três vezes ao dia e cada dia um cardápio. Começando a estudar lá, tinha lazer, tinha dentista, médico, psicólogo, tinha tudo. (PAULO, 2017).

Asseverou ainda que quando estava semi-internado no Instituto Passos Miranda, estudava na Escola Emílio Garrastazu, no bairro Médici I, onde ficava sediada a unidade de menores. Depois passou a ser interno no Educandário São José que também tinha os mesmos serviços: educação, médico, dentista, refeições, entre outros.

⁵ Atualmente chama-se Energisa.



De acordo com Nascimento e Souza (1986), a rotina dos menores na Triagem da FEBEM-SE era, exemplificativamente, a seguinte: 05:30 – Acordar; 07:00 – Tomar café; 08:00 – Sala de aula; 09:30 – Lanche; 11:00 – Banho; 11:30 – Almoço; 15:00 – Lanche; 17:00 – Jantar; 21:00 – Dormir. Tanto no período da manhã quanto da tarde alguns menores participavam de cursos profissionalizantes promovidos pela instituição, como: serralheria, curso de fibras (de cordas), entre outros. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 18).

Ademais, as unidades conveniadas possuíam rotinas similares, geralmente acolhendo menores pobres, órfãos ou em situação de vulnerabilidade, enquanto as oficiais acolhiam menores delinquentes, usuários de entorpecentes, violentos, rebeldes, considerados pelo sistema como difíceis (de recuperação). A tentativa de controle destes sujeitos gerava uma tensão e quando estrangulava, ocorriam as punições, eventualmente seguidas de alguma agressão física. A indisciplina não combinava com os interesses da PNBM, sendo as fugas um dos meios que os menores tinham para demonstrar a insatisfação de serem internados compulsoriamente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Política Nacional do Bem-Estar do Menor**. Fundação do Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro, 1973.
- BRASIL. **Crianças e adolescentes**: indicadores sociais/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1987_v1.pdf>. Acessado em: 13 mar. 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente total e de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980 / 1991**. Tabela 2.52. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>>. Acessado em: 13 jul 2017.
- MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/ 1964-1985). Tese de doutorado em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.
- MONTESSORI, Maria. **Mente absorvente**. Rio de Janeiro, Portugália Editora (Brasil), s.d.
- NASCIMENTO, Eliane Aparecida do. SOUZA, Onildete Santana. **O menor na instituição**: relação entre delinquência e utilização diária do seu tempo. Monografia de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1986.
- SERGIPE. **Fundação Renascer**. Encartes informativos. Governo do Estado de Sergipe, 1991a.
- SERGIPE. **Aspectos históricos da Fundação Renascer**. Governo do Estado de Sergipe, 1991b.



SERGIPE. **Perfil técnico-financeiro-administrativo da FEBEM-SE: uma visão crítica.** Relatório elaborado pela FEBEM-SE. Governo do Estado de Sergipe. Aracaju, 1983.
UNICEF Brasil. **UNICEF no mundo.** Disponível em: < <http://www.unicef.org.br/> >. Acesso em: 01 mar 2016.

Entrevistas concedidas

Francisco. Ex-presidente da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 04 de setembro de 2017.

Manoel. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2016. Aracaju/SE

Marcos. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 19 de janeiro de 2016. Aracaju/SE.

Matias. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 01 de março de 2016.

Menezes. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2016.

Paulo. Ex-interno da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 03 de março de 2017.

Jornal consultado

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 07 e 08 de setembro de 1980 - Ano XXIII, nº 6.593.